ARTIGO

HERANÇAS: IDENTIDADE CULTURAL E MEMÓRIA COLETIVA COMO FUNDAMENTOS PARA A REVITALIZAÇÃO DA CAPELA DE SANTA LÚCIA E A CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO DE MEMÓRIA EM VIDEIRA (SC)

Gabriele Deon
Jeferson Eduardo Suckow
Juliana Aparecida Biasi
Tatiana Bruna Fabian

Resumo

As comunidades católicas do Oeste catarinense, comumente formadas por capela, salão, cemitério e campo de futebol, constituem referências de identidade e memória coletiva que vêm sendo ameaçadas pela urbanização e pela perda de edificações simbólicas, como se observa na Comunidade de Santa Lúcia, em Videira (SC). Este artigo tem por objetivo discutir a relação entre identidade cultural, memória coletiva e religiosidade e, a partir dela, estabelecer diretrizes para a revitalização da Capela de Santa Lúcia e para a criação de um espaço de memória coletiva da comunidade. A pesquisa, de abordagem qualitativa, combinou revisão bibliográfica, análise de registros históricos, investigação in loco, dois estudos de caso e análise da área de intervenção. Os resultados evidenciam a pressão urbana sobre a comunidade, as patologias da capela, as sucessivas alterações de sua fachada e a ausência de um local dedicado à história e às práticas locais. Conclui-se que a revitalização, associada a um espaço de memória voltado à educação patrimonial, pode fortalecer o pertencimento e a continuidade das tradições.

Palavras-chave: memória coletiva; identidade cultural; revitalização; arquitetura religiosa; educação patrimonial.

1 INTRODUÇÃO

No Oeste de Santa Catarina, a ocupação baseada em pequenas propriedades rurais, conduzida sobretudo por descendentes de imigrantes italianos e alemães, deu origem às chamadas comunidades: núcleos vinculados à Igreja Católica, normalmente compostos por capela, cemitério, salão de festas e campo de futebol (Onghero, 2013). Mais do que centros religiosos, essas comunidades assumiram papel de organização territorial e social, tornando-se referências de identidade e memória para a população local.

Em Videira, que conta com 36 comunidades católicas, segundo a Paróquia Imaculada Conceição, destaca-se a Comunidade de Santa Lúcia, oficialmente fundada em 1931. Ao longo de quase um século, o conjunto passou por transformações intensas: a capela de madeira foi demolida em 1965, a atual, inaugurada em 1968, foi submetida a sucessivas reformas, e edificações simbólicas, como o moinho de grãos, a ponte coberta e antigos estabelecimentos comerciais, desapareceram (CPC, 2011). Somam-se a isso o crescimento urbano do município e a inserção da área, antes rural, no perímetro urbano.

Diante desse cenário, o artigo tem por objetivo discutir a relação entre identidade cultural, memória coletiva e religiosidade e, a partir dela, estabelecer diretrizes para a revitalização da Capela de Santa Lúcia e para a criação de um espaço de memória coletiva da comunidade. O texto apresenta os procedimentos metodológicos, o referencial teórico, a caracterização histórica e física da comunidade, os estudos de caso e as diretrizes resultantes.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, foi organizada em quatro etapas. Inicialmente, realizou-se revisão bibliográfica

sobre identidade cultural, memória coletiva, religiosidade, revitalização arquitetônica, espaços de memória e educação patrimonial, além da análise de registros históricos da comunidade e do município, com destaque para o retrospecto elaborado pelo Conselho de Pastoral Comunitário (CPC, 2011) e a obra de Scapin (1997). Já a segunda etapa consistiu na investigação in loco, com visitas técnicas para identificar as patologias da capela e das edificações associadas e diálogo com representantes da comunidade para levantar suas demandas. Posteriormente, foram realizados dois estudos de caso: o Museu de História de Jackson Hole, nos Estados Unidos, e a proposta de revitalização da Igreja Presbiteriana de Novo Horizonte, em Inhapim (MG). Por fim, analisou-se a área de intervenção, considerando entorno, condicionantes bioclimáticas, sistema viário, legislação urbanística e topografia. A síntese dessas etapas fundamentou a definição das diretrizes apresentadas ao final.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 IDENTIDADE CULTURAL, MEMÓRIA COLETIVA E RELIGIOSIDADE

Segundo Brum Neto e Bezzi (2008), a cultura pode ser compreendida como um conjunto de valores construídos coletivamente e transmitidos como forma de favorecer sua perpetuação. Embora a percepção individual produza variações, seus ensinamentos tendem a seguir padrões compartilhados, o que a caracteriza como fenômeno simultaneamente individual e coletivo. A identidade cultural, por sua vez, constitui-se na diferença entre os sistemas simbólicos de cada grupo social, isto é, no reconhecimento daquilo que o torna singular em relação aos demais (Brum Neto; Bezzi, 2008).

Rodrigues (2017) acrescenta que a identidade não é imutável, estando sujeita a transformações e reinvenções ao longo do tempo. Nesse contexto, o patrimônio cultural, material e imaterial, atua como testemunho histórico e ferramenta de recordação, contribuindo para legitimar a memória social e o sentimento de pertencimento. Para o autor, a religião evoca a memória coletiva ao apoiar-se na transmissão e na reprodução de suas referências e

produz patrimônio tanto material, como edificações e artefatos, quanto imaterial, como crenças e rituais.

Essa relação entre religiosidade, identidade cultural e memória coletiva também se manifesta no Oeste catarinense, onde a Igreja participou ativamente da organização das comunidades rurais, promovendo não apenas atividades religiosas, mas também culturais e esportivas, frequentemente envolvendo comunidades vizinhas. Segundo Rabaioli e Vilpoux (2018), essas práticas instituíram o espírito de coletividade e produziram um denso tecido social, baseado em laços de confiança e cooperação. Em Videira, essa lógica permanece ativa: as capelas funcionam como uma rede articulada pela Igreja Matriz, com calendário integrado de celebrações e festividades.

Nesse contexto, a arquitetura também participa da construção da identidade cultural, materializando valores coletivos por meio de suas técnicas e linguagens (Biase, 2001). Segundo Ribeiro e Santos (2025), a valorização da cultura local na concepção dos espaços contribui para fortalecer os vínculos entre comunidade e ambiente construído. No caso da Capela de Santa Lúcia, as sucessivas alterações na fachada, associadas ao desejo da comunidade por uma nova intervenção, evidenciaram a necessidade de refletir sobre uma linguagem arquitetônica capaz de expressar sua identidade.

2.2.2 REVITALIZAÇÃO, ESPAÇOS DE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A preservação do patrimônio cultural desponta como meio de garantir a continuidade das identidades em um mundo marcado pela globalização. Conforme a UNESCO (2016), o ritmo crescente da globalização e a demanda por modernização dificultam a manutenção da singularidade das cidades, e estratégias de preservação ancoradas na cultura podem reforçar o senso de pertencimento por meio do uso do patrimônio edificado e do engajamento dos cidadãos.

Entre as estratégias de intervenção, como conservação, reabilitação, restauro e retrofit, a revitalização apresenta caráter mais abrangente. Pisani (2002) a associa a intervenções que buscam devolver vitalidade às edificações e a seu entorno, podendo envolver transformações mais profundas e a incorporação de novos usos. No caso da Capela de Santa Lúcia, a revitalização mostra-se a estratégia mais adequada, pois o edifício já passou por sucessivas alterações e demanda tanto correções técnicas quanto a renovação do vínculo simbólico com a comunidade.

A memória coletiva, por sua vez, também encontra suporte nos espaços físicos. Paulino e Aguiar (2021) destacam que museus, arquivos, monumentos, praças e outros espaços percebidos pelos sentidos são fundamentais para sua permanência e que um lugar só se constitui como espaço de memória quando reúne aspectos materiais, simbólicos e funcionais, ou seja, quando é dotado de significados atribuídos pela comunidade e abriga atividades culturais vivas.

Esses espaços tornam-se ainda mais relevantes quando associados à educação patrimonial, entendida como processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural, capaz de levar os indivíduos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999). Trata-se, portanto, de um instrumento para aproximar as novas gerações da história local e engajá-las na preservação.

2.2.3 A COMUNIDADE DE SANTA LÚCIA: FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES

A formação de Videira está ligada à construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e, após a Guerra do Contestado, à chegada de migrantes, sobretudo descendentes de italianos vindos do Rio Grande do Sul, que ocuparam o território segundo o modelo minifundiário (Scapin, 1997). Em 1914, Valeriano Quadri abriu uma picada até a localidade de Rio das Pedras, atual Santa Lúcia, onde encontrou famílias caboclas já estabelecidas e construiu o primeiro moinho de grãos do município (Scapin, 1997).

A partir de 1919, oito famílias fundadoras se fixaram na localidade. Em 1925 foi construída a primeira igreja, em madeira, e, em 1931, inaugurou-se uma nova instalação, marco da fundação oficial da comunidade. Na década de 1920, a localidade abrigou alguns dos primeiros empreendimentos da região, como serrarias, ferrarias, olaria, tanoarias e armazém, e funcionou como ponto de apoio a tropeiros que levavam animais ao frigorífico Ponzoni & Brandalise, contribuindo para os estágios iniciais do desenvolvimento econômico de Videira (CPC, 2011). A igreja de madeira foi demolida em 1965, enquanto a atual capela foi inaugurada em 1968, passando por reformas em 2011 e 2015, com mudanças na fachada (CPC, 2011). Até hoje, festas, almoços, bailes e a venda de pratos da culinária herdada dos fundadores geram recursos para a manutenção das estruturas comunitárias.

Esse patrimônio, entretanto, está sob pressão. A população de Videira passou de 47.188 habitantes em 2010 para 55.466 em 2022, um crescimento de aproximadamente 17,5% (IBGE, 2026). A área de Santa Lúcia, originalmente rural, foi incorporada ao perímetro urbano, e a via em frente à capela foi classificada como Corredor de Desenvolvimento, destinado ao uso misto e ao adensamento (Videira, 2022). Ademais, comparações entre imagens de satélite de 2009 e 2025 evidenciam a implantação de novos loteamentos e estabelecimentos comerciais no entorno.

Já a investigação in loco permitiu identificar patologias construtivas e inadequações na edificação. Entre elas, destacam-se infiltrações na cobertura, forro de PVC danificado, descascamento da pintura, falhas de vedação nas portas e destacamento do revestimento do piso externo. Verificou-se, também, o desejo da comunidade de ampliar a capela e renovar sua fachada, a qual passou por sucessivas alterações.

2.3 ESTUDOS DE CASO

O Museu de História de Jackson Hole, projetado pelo escritório HGA e concluído em 2024, possui 1.226 m² e três pavimentos. Sua concepção integra duas cabanas históricas em um percurso expositivo, articulando-as a um volume contemporâneo e a áreas externas públicas (ArchDaily, 2024). O

programa vai além das áreas de exposição e inclui sala de aula multiuso e sala de pesquisa, o que torna o museu um lugar ativo de aprendizado e convivência. Destacam-se a concentração das áreas técnicas no subsolo, que evita conflitos com a circulação de visitantes, e a releitura contemporânea da arquitetura tradicional local, com uso predominante de madeira, que dialoga com o entorno sem criar falsos históricos.

Já a proposta de revitalização da Igreja Presbiteriana de Novo Horizonte, em Inhapim (MG), desenvolvida como trabalho de conclusão de curso, parte de um conjunto construído por uma comunidade em 1963, marcado por problemas de conservação e por edificações dispersas (Lima, 2021). O projeto preserva a configuração formal do templo e do pavilhão, já consolidada na memória dos usuários, e concentra as intervenções na melhoria do conforto térmico e acústico, na acessibilidade e na criação de um núcleo de salas multiuso, biblioteca e cozinha comunitária. As novas edificações adotam linguagem contemporânea, em contraste com as existentes, e uma área de convivência organiza os fluxos e integra o conjunto. A estratégia de tornar o espaço mais atrativo a novos frequentadores é particularmente relevante para Santa Lúcia.

2.4 ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção é composta por três terrenos às margens da Rodovia Municipal José Gheller, a cerca de 700 m da SC-135. O Terreno 01, com 5.059,15 m², abriga a capela e o pavilhão comunitário e tem a maior parte da superfície revestida em asfalto. O Terreno 02, com 8.888,37 m², comporta o campo de futebol, importante espaço de lazer e convivência comunitária. O Terreno 03, com 2.624,70 m², localizado em frente à capela, é de propriedade do poder público municipal, tem destinação institucional e abriga o Clube de Mães, onde ocorrem atividades como a catequese, razão pela qual foi selecionado para o espaço de memória.

Os terrenos situam-se na Zona Predominantemente Residencial 3, mas, por terem testada para o Corredor de Desenvolvimento, seguem os parâmetros deste, entre os quais gabarito de quatro pavimentos, taxa de

ocupação máxima de 65% e taxa de permeabilidade mínima de 20% (Videira, 2022). Ademais, a localização, na transição entre o meio urbano e o rural, revela ainda o potencial da comunidade como porta de entrada para as rotas de turismo rural do município.

2.5 DIRETRIZES PARA A INTERVENÇÃO

A articulação entre referencial teórico, levantamento histórico, estudos de caso e análise da área permitiu estabelecer diretrizes para o anteprojeto. Para a capela, propõe-se: corrigir as patologias da cobertura, do forro, das esquadrias e dos revestimentos; adequar a acessibilidade à ABNT NBR 9050; ampliar sua capacidade de 135 para 200 pessoas; e renovar a fachada por meio de uma releitura de referências da arquitetura sacra. Para o conjunto, sugere-se ampliar as áreas permeáveis, arborizadas e sombreadas, qualificando o espaço externo.

Já para o espaço de memória coletiva, propõe-se um programa que reúna áreas expositivas destinadas a fotografias, documentos, objetos e saberes da comunidade; espaços de guarda e consulta ao acervo; sala multiuso para educação patrimonial e oficinas, aberta a escolas e visitantes; sala de catequese; e áreas de convivência. Objetiva-se, ainda, que o edifício tenha caráter laico e acessível, favorecendo sua utilização pela comunidade e pelo público em geral.

3 **CONCLUSÃO**

O estudo permitiu discutir a relação entre identidade cultural, memória coletiva e religiosidade e estabelecer diretrizes para a revitalização da Capela de Santa Lúcia e a criação de um espaço de memória coletiva em Videira (SC). Constatou-se que as comunidades católicas do Oeste catarinense são alicerces do patrimônio cultural local e que a Comunidade de Santa Lúcia teve papel relevante na formação do município, mas enfrenta a pressão da urbanização, a perda de edificações simbólicas e a deterioração de sua capela.

A revitalização, associada a um espaço de memória voltado à educação patrimonial, mostrou-se uma alternativa adequada para renovar o vínculo entre comunidade e espaço construído. Os estudos de caso demonstraram a importância da participação comunitária, de programas que unam exposição, ensino e convivência e de linguagens contemporâneas que dialoguem com a tradição.

Como limitação, destaca-se que a pesquisa corresponde à etapa de fundamentação do projeto e que as diretrizes deverão ser aprofundadas no desenvolvimento do anteprojeto, incluindo o detalhamento do programa de necessidades, a definição do conceito e do partido e o aprofundamento do diálogo com a comunidade.

REFERÊNCIAS

ARCHDAILY BRASIL. Museu de História de Jackson Hole / HGA. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/1027374/museu-de-historia-de-jackson-hole-hga. Acesso em: 05 abr. 2026.

BIASE, Alessia de. Ficções arquitetônicas para a construção da identidade. Horizontes Antropológicos, v. 7, n. 16, p. 173–188, 2001.

BRUM, Helena Neto; BEZZI, Meri Lourdes. A Materialização da Cultura no Espaço: Os Códigos Culturais e os Processos de Identificação. GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 33, n. 2, p. 253-267, mai./ago. 2008.

CONSELHO DE PASTORAL DA COMUNIDADE DE SANTA LÚCIA (CPC). Retrospecto histórico e fotográfico da Comunidade de Santa Lúcia – Videira – SC. 1. ed. Videira: Êxito Editora, 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico da Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, 1999. em:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2026.

IBGE. Videira (SC). Cidades e Estados.<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/videira/panorama>. Acesso em: 10 mar. 2026.

LIMA, Hugo Valverde Morais Batista. Revitalização da Igreja de Novo Horizonte. 2021. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

ONGHERO, A. L. Colonização e constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., Natal, 22-26 jul. 2013. Anais.... Natal, RN: ANPUH; UFRN, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364480403_ARQUIVO_AndreLuizOngheroartigoANPUH2013.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2026.

PAULINO, Felipe da Silva; AGUIAR, Victor Martins de. Espacialidade Ambivalente: A Constituição da Memória Coletiva na Estação Ferroviária de Tarabai -SP. COLLOQUIUM SOCIALIS, v. 5, n. 1, p. 46–62, 2021.

PISANI, Maria Augusta Justi. Projeto de Revitalização de Edifícios. Revista Sinergia, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 91-97, jul./dez 2002.

RABAIOLI, Volmir; VILPOUX, Olivier François. Papel da igreja na construção de capital social: caso da região oeste de Santa Catarina. Multitemas, v. 23, n. 53, p. 25–48, 2018.

RIBEIRO, Vanessa Paiva; SANTOS, Philipe do Prado. Arquitetura e Cultura: A Influência da Configuração Espacial de Centros Culturais na Interação Comunitária e no Fortalecimento Cultural. Revista Ibero Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 10, p. 2132–2160, 2025.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. Letras Escreve, v. 7, n. 4, p. 337, 2017.

SCAPIN, Alzira. Videira nos Caminhos de Sua História. V. 1. Videira: Prefeitura, 1997.

UNESCO. The HUL Guidebook: Managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments. Paris: UNESCO, 2016. Disponível em: https://www.hulballarat.org.au/resources/HUL%20Guidebook_2016_FINALWEB.pdf. Acesso em: 11 mar. 2026.

Sobre o(s) autor(es)
Gabriele Deon: Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), campus de Videira; gabrieledeon2015@gmail.com.
Jeferson Eduardo Suckow: Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), campus de Videira; jeferson.suckow@unoesc.edu.br.
Juliana Aparecida Biasi: Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), campus de Videira; juliana.biasi@unoesc.edu.br.
Tatiana Bruna Fabian: Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), campus de Videira; arq.tatianafabian@gmail.com.